



CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANDRÉ

Câmara Municipal de Santo André

Praça IV Centenário, nº 02 - Centro - Santo André/SP - CEP: 09.040-905

Fone: (11) 3429-5984 - E-mail: compras5@cmsandre.sp.gov.br

CNPJ: 43.307.008/0001-08 - IE: Isento

Gerência de Compras e Materiais

ORDEM DE SERVIÇO Nº 02/2023

DATA: 09/01/2023	PROCESSO Nº: 4685/2022
MODALIDADE:	Dispensa de Licitação nos termos do inciso I do Art. 24 da Lei 8.666/93.
DOTAÇÃO:	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - PJ
EMPENHO: 677/2022	DATA: 05/12/2022 VALOR: R\$ 3.000,00
CONDIÇÃO DE PAGAMENTO:	Após emissão do Termo de Recebimento Definitivo será liberada a emissão de nota Fiscal, que será paga até o 5º (quinto) dia útil após o recebimento, conforme o Anexo I - Termo de Referência.
FORMA DE PAGAMENTO:	Boleto bancário, depósito em conta corrente ou cheque nominal. (favor enviar autorização de pagamento por depósito juntamente com a Nota Fiscal)
PRAZOS:	15 corridos para aferições em loco e 12.2. Entrega de relatórios e ART em até 30 (trinta) dias corridos depois da assinatura do ajuste, conforme Anexo I - Termo de Referência.
FORMA DE EXECUÇÃO:	Serviços deverão executados conforme exigências do Anexo I - Termo de Referência.
SETOR RESPONSÁVEL:	Gerência de Infraestrutura e Serviços Rudinei Guimarães- (11) 3429-5947 ger.infra@cmsandre.sp.gov.br Cássio Almeida - (11) 3429-5993 manutencao@cmsandre.sp.gov.br

RAZÃO SOCIAL:	DELTA ELETROMECAÂNICA LTDA		
CNPJ:	42.316.746/0001-59		
ENDEREÇO:	Rua Marcello Muller, 1085, Jardim Independência		
CIDADE/UF:	São Paulo / SP	CEP:	03223-060
CONTATO:	Victor Ponchini	TELEFONE:	(11) 2154-0666
E-MAIL:	comercial@deltapltda.com.br		

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR ESPECIALIZADO EM ANÁLISE E MEDIÇÃO ELÉTRICA:

ITEM	DESCRIÇÃO
01	3.1. Análise da qualidade da energia elétrica oferecida pela concessionária; 3.2. Identificação de anomalias elétricas identificando, registrando e informando as necessidades de adequações visando economicidade de gastos com consumo; 3.3. Informar qual é o perfil da Câmara em relação ao consumo; 3.4. Coleta de dados com equipamentos próprios nos pontos de proteção dentro da cabine; 3.5. Registro por descrição e imagem; 3.6. Emissão de relatórios técnicos; 3.7. Uso de equipamentos analisadores calibrados visando melhor qualidade das informações coletadas; 3.8. Análise de todos os itens que são demonstrados





CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANDRÉ

	<p>nas contas de energia elétrica como: 3.9. Medidor da concessionária; 3.10. Distorções de tensão e corrente; 3.11. Elevações e afundamentos de tensão; 3.12. Análise de potencias ativa, reativa e aparente; 3.13. Frequências; 3.14. Tensão elétrica de linha e fases; 3.15. Correntes elétricas; 3.16. Fatores de potência e deslocamento; 3.17. Consumo de energia elétrica. 3.18. Verificação nos pontos críticos em capacitores, aperto de terminações, dimensionamento dos capacitores e cabeamento; 3.19. Limpeza geral interna e externa; 3.20. Regulagem dos níveis de tolerância de desarme para não cair as chaves sob qualquer oscilação mínima; 3.21. Executar os serviços a partir da autorização do setor de manutenção e com o acompanhamento do mesmo; 3.22. Emissão de relatórios e laudos; 3.23. Demais condições do Termo de Referência.</p>	
VALOR TOTAL DE SERVIÇO		R\$ 3.000,00





CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANDRÉ

Favor enviar o Recibo de Entrega a seguir devidamente assinado para o e-mail
compras5@cmsandre.sp.gov.br

RECIBO DE ENTREGA DE ORDEM DE SERVIÇO, CIÊNCIA DAS SANÇÕES POR INEXECUÇÃO DO ATO Nº 4/2005 E TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO.

OBJETO: *CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR ESPECIALIZADO EM ANÁLISE E MEDIÇÃO ELÉTRICA*

EMPRESA: *DELTA ELETROMECCÂNICA LTDA*

DECLARO que recebi a **Ordem de Serviço nº 02/2023, Anexo I – Termo de Referência, Anexo II - Ato nº 4/2005 e o Anexo III - Termo de Ciência e Notificação.**

As penalidades e multas decorrentes da inexecução total ou parcial desta Ordem de Serviço são os artigos 81, 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e do Ato nº 4/05 (Anexo II).

DECLARO que tenho conhecimento dos mesmos e que, em caso de descumprimento desta Ordem de Serviço, estarei submetido às penalidades acima citadas.

DECLARO, ainda, que me comprometo a efetuar a entrega do objeto nas quantidades, preço e prazos constantes de minha proposta – vide especificações acima.

Data de Recebimento: 09/01/2023

Nome Completo do Responsável: Patricia Mansano Conti

CPF: 274.508.598-07

Documento de Identidade (Órgão Emissor): 28440410 (SSP-SP)

Assinatura



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada em análise e medições de energia elétrica.

2. CLASSIFICAÇÃO E DETALHAMENTO DO OBJETO:

2.1. Os trabalhos são enquadrados como ***Serviços Técnicos de Natureza Comum***;

2.2. Identificação de distúrbios elétricos e aferição das cobranças de consumo enviadas pela concessionária de energia elétrica;

2.3. Análise com emissão de Laudos da qualidade da distribuição dentro da câmara a partir da cabine primária.

3. LOCAL:

3.1. Câmara Municipal de Santo André – SP - Praça IV Centenário 02 – Paço Municipal de Santo André – Centro – Santo André – SP.

4. FINALIDADE:

3.2. Análise do consumo geral de energia elétrica;

3.3. Verificação dos pontos que originam o consumo permitindo a emissão de cobrança pela concessionária;

3.4. Observância da qualidade das instalações dentro da Câmara de Santo André;

3.5. Informações detalhadas através de relatórios, que vão demonstrar se estamos pagando pelo consumo correto ou existe super dimensionamento tarifário;

3.6. Conservação de bem público.

5. JUSTIFICATIVA:

- 5.1. Possibilidade, no caso de excesso de cobrança pela concessionária, da solicitação de devolução por cobrança indevida;
- 5.2. Verificação periódica das condições internas de distribuição elétrica;
- 5.3. Demonstrar, através de laudo, as condições dos usos de equipamentos elétricos dentro da Câmara;
- 5.4. Avaliar as condições da cabine de força da Câmara;
- 5.5. Avaliar as condições da cabine e grupo gerador da Câmara;
- 5.6. Submeter os dados coletados para o setor de engenharia que poderá redigir relatório técnico com informações relevantes acerca do consumo geral interno.

6. REQUISITOS OBRIGATÓRIOS

- 6.1. Serviços técnicos realizados por empresa de tecnologia na área de energia elétrica de baixa e média tensão;
- 6.2. Realização por técnicos credenciados e integrados à empresa prestadora dos serviços;
- 6.3. Laudos e relatórios fornecidos, apreciados e assinados por engenheiro(s) elétrico(s) que fazem parte do grupo técnico da empresa;
- 6.4. Trabalhos executados por técnicos com habilitação, qualificação e capacitação;
- 6.5. Observância de Normas de segurança NR10, NBR 15572 e NBR 15424 e NR35;
- 6.6. Oferecer aos trabalhadores todo equipamento obrigatório e equipamentos adicionais visando à segurança e proteção à vida dos colaboradores;
- 6.7. Providenciar, aos colaboradores, o transporte para visita às dependências da Câmara e ao final do expediente;
- 6.8. Providenciar o credenciamento e registro junto a Câmara para que possam adentrar as dependências da Câmara de Santo André;
- 6.9. Providenciar identificação regular com crachás e uniformes de identificação destes trabalhadores;
- 6.10. Não permitir que pessoas estranhas de fora da Câmara ou sem ligação com a empresa adentrem nos locais energizados para qualquer tipo de trabalho, aferição, análise termográficas ou qualquer outro serviço.

7. RELAÇÃO DE SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

- 7.1. Análise da qualidade da energia elétrica oferecida pela concessionária;
- 7.2. Identificação de anomalias elétricas identificando, registrando e informando as necessidades de adequações visando economicidade de gastos com consumo;
- 7.3. Informar qual é o perfil da Câmara em relação ao consumo;
- 7.4. Coleta de dados com equipamentos próprios nos pontos de proteção dentro da cabine;
- 7.5. Registro por descrição e imagem;
- 7.6. Emissão de relatórios técnicos;
- 7.7. Uso de equipamentos analisadores calibrados visando melhor qualidade das informações coletadas;
- 7.8. Análise de todos os itens que são demonstrados nas contas de energia elétrica como:
 - 7.8.1. Medidor da concessionária;
 - 7.8.2. Distorções de tensão e corrente;
 - 7.8.3. Elevações e afundamentos de tensão;
 - 7.8.4. Análise de potências ativa, reativa e aparente;
 - 7.8.5. Frequências;
 - 7.8.6. Tensão elétrica de linha e fases;
 - 7.8.7. Correntes elétricas;
 - 7.8.8. Fatores de potência e deslocamento;
 - 7.8.9. Consumo de energia elétrica.
- 7.9. Verificação nos pontos críticos em capacitores, aperto de terminações, dimensionamento dos capacitores e cabeamento;
- 7.10. Limpeza geral interna e externa;
- 7.11. Regulagem dos níveis de tolerância de desarme para não cair as chaves sob qualquer oscilação mínima;
- 7.12. Executar os serviços a partir da autorização do setor de manutenção e com o acompanhamento do mesmo.

8. COMISSÃO DE RECEBIMENTO

- 8.1. São integrantes da comissão de recebimento o:

- 8.1.1. Chefe do Núcleo de Manutenção e Instalação;
- 8.1.2. Coordenador de Infraestrutura e Serviços e;
- 8.1.3. Gerente de Infraestrutura e Serviços.

9. PAGAMENTO

- 9.1. A Nota Fiscal referente aos serviços prestados será emitida somente após a entrega do Termo de Recebimento Definitivo pela contratante;
- 9.2. A emissão do Termo de Recebimento Definitivo está vinculada a entrega dos relatórios e a totalidade dos serviços solicitados;
- 9.3. Não haverá pagamentos parciais;
- 9.4. Antecipação de serviços não contempla antecipação de pagamentos.

10. FISCALIZAÇÃO

- 10.1. Chefe do Núcleo de Manutenção e Instalação.

11. GARANTIAS

- 11.1. Num eventual questionamento à concessionária, o fornecedor deverá prestar apoio e assessoria para leitura e entendimento aos relatórios da concessionária, para um prazo de até três (3) meses;
- 11.2. Havendo divergências de informações os relatórios deverão ser refeitos a qualquer momento dentro do prazo acima.

12. PRAZOS

- 12.1. Quinze (15) dias corridos para efetuar aferições em loco, a partir da data de assinatura do ajuste;
- 12.2. Entrega de relatórios e ART em até trinta (30) dias corridos depois da assinatura do ajuste.

13. DA VISTORIA TÉCNICA

- 13.1. A visita para vistoria técnica não será exigida.
- 13.2. Caso seja de interesse do fornecedor a vistoria técnica deverá ser agendada previamente junto a Gerência de Infraestrutura e Serviços ou Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços ou Núcleo de Manutenção e Instalação em horário comercial por e-mail ou telefone, fornecendo o nome do representante da empresa, CPF e RG, cargo e telefone, Razão social da empresa, endereço completo, CNPJ, telefone, e-mail e site se houver.
- 13.3. Local da vistoria:
- 13.3.1. Câmara Municipal de Santo André, Praça IV Centenário número 02, Centro de Santo André – SP CEP 09040-905 .
- 13.3.2. Telefones (11) 3429-5947 - Rudinei Guimarães
- 13.3.3. E-mail ger.infra@cmsandre.sp.gov.br
- 13.3.3.1.1.1.1. (11) 3429-5993 – Cássio Almeida da Silva
- 13.3.4. E-mail manutencao@cmsandre.sp.gov.br
- 13.3.4.1.1.1.1.1. (11) 3429-5980 – Pércio Parcianello
- 13.3.5. E-mail: Coord.infra@cmsandre.sp.gov.br

Câmara Municipal de Santo André
Rudinei Guimarães
Gerência de Infraestrutura e Serviços
ger.infra@cmsandre.sp.gov.br
11 3429-5947
11 9 9749-1350
Praça IV Centenário 02
Paço Municipal de Santo André – SP
11 9429-5800

ANEXO II

ATO Nº 4, DE 22 DE MARÇO DE 2005

Dispõe sobre procedimentos administrativos relativos à aplicação de multas e outras sanções decorrentes da inexecução total ou parcial dos contratos assinados com a Câmara Municipal de Santo André, nos termos dos artigos 81, 86 e 87 da Lei Federal 8.666/93.

Art. 1º No âmbito da Câmara Municipal de Santo André, a aplicação de multas e outras sanções decorrentes de atraso no cumprimento de obrigações ou da inexecução total ou parcial dos contratos, obedecerá aos procedimentos estabelecidos por este Ato e às disposições da Lei Federal nº 8.666/93, em especial ao que dispõem os artigos 81, 86 e 87.

Art. 2º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Edital ou carta-convite do certame, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida de que trata o artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sujeitando-o à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado.

Art. 3º O atraso injustificado na execução do contrato cujo objeto seja a prestação de serviço, realização de obra ou entrega de bens adquiridos, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 86 da Lei Federal nº 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de mora, calculada por dia de atraso sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado na proposta, no Edital ou no contrato para cumprimento da obrigação, conforme o caso, nas seguintes proporções:

I - multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, até o 15º (décimo quinto) dia de atraso;

II - multa de 1% (um por cento) ao dia a partir do 16º (décimo sexto) dia de atraso e até o 30º (trigésimo) dia;

III - após 30 (trinta) dias de atraso para cumprimento da obrigação, o contrato será considerado rescindido de pleno direito pela Administração, aplicando à contratada inadimplente as penalidades previstas no artigo 4º deste Ato.

§1º Os eventuais pedidos de prorrogação de prazo para entrega de materiais ou para execução de obras ou serviços contratados, somente serão apreciados e deliberados se apresentados por escrito e com a devida justificativa, dentro dos prazos fixados para entrega ou execução, estabelecidos na proposta, no Edital ou no contrato, conforme o caso.

§2º Na hipótese de deferimento do pedido de que trata o parágrafo anterior, o prazo de prorrogação começará a fluir a partir do dia útil subsequente ao da comunicação da decisão do(a) Presidente(a) que autorizou a referida prorrogação.

§3º Ocorrendo o atraso de que trata o caput deste artigo, tal fato será certificado pelo setor competente da Câmara, devendo o processo ser remetido para o(a) Presidente(a) da Câmara para fins do disposto no artigo 6º deste Ato.

§4º O pedido para prorrogação de prazo ou a justificativa pelo atraso, somente serão aceitos pelo(a) Presidente(a) da Câmara quando forem fundamentados e provados o caso fortuito ou força maior que impediu o cumprimento da obrigação pela contratada no prazo avençado.

Art. 4º Pela inexecução total ou parcial do contrato, qualquer que seja o seu objeto, fica a contratada sujeita às seguintes penalidades, a serem aplicadas de forma discricionária pela Administração Pública, observado o princípio da razoabilidade:

I - advertência;

II - multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplente; ou

III - multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato quando houver inexecução total da avença; ou

IV - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratação com a Administração por até 2 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração.

Art. 5º Os bens, serviços e obras contratados, quando entregues em desacordo com a especificação inicial, não serão aceitos e deverão ser substituídos e/ou corrigidos no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, a critério da Administração, contados do recebimento da notificação pela contratada, sob pena de incorrer o fornecedor em inadimplência contratual.

Parágrafo único Quando a substituição e/ou correção referidas no caput deste artigo for impossível no prazo avençado por razões técnicas ou pela complexidade da matéria, tal situação deverá ser certificada pelo setor responsável pela gestão do contrato e devidamente comprovada no processo correspondente, assim como submetida à aprovação do(a) Presidente(a) da Câmara, que estipulará prazo razoável para cumprimento da obrigação.

Art. 6º Esgotados os contatos ordinários para resolver eventuais pendências contratuais, o setor competente enviará o processo, acompanhado de relatório circunstanciado sobre os fatos, ao(a) Presidente(a) da Câmara, para que este(a) decida, por despacho fundamentado, sobre a abertura dos procedimentos administrativos tendentes à aplicação das multas e outras sanções, por recusa do adjudicatário em assinar o contrato, atraso no cumprimento de obrigações, ou inexecução total ou parcial de qualquer contrato.

Art. 7º Nas hipóteses dos artigos 2º, 3º e 4º deste Ato, e após as providências do artigo 6º, a contratada será previamente notificada, por ofício, com aviso de recebimento juntado aos autos, para oferecer defesa prévia, por escrito, protocolizado no Setor de Protocolo e Arquivo, nos prazos abaixo estabelecidos:

I - no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da juntada aos autos do comprovante de notificação da contratada, no caso dos incisos I, II, III e IV do artigo 4º;

II - no prazo de 10 (dez) dias, contados da juntada aos autos do comprovante de notificação da contratada, no caso do inciso V do artigo 4º.

§1º Na hipótese da contratada não atualizar o seu cadastro junto à Câmara Municipal, e ser ignorado, incerto e não sabido o seu endereço, a notificação e/ou intimação será realizada por Edital,

publicado no órgão responsável pela publicação dos atos oficiais do Município de Santo André, por 2 (duas) vezes consecutivas, contando-se o prazo para defesa a partir do primeiro dia útil seguinte ao da última publicação, cujas cópias dos editais serão juntadas ao processo.

§2º Decorrido o prazo, com ou sem defesa, o processo será remetido ao(à) Presidente(a) da Câmara, com relatório circunstanciado elaborado pelo setor competente, para decisão final.

Art. 8º Caberá ao(à) Presidente(a) da Câmara Municipal aplicar as sanções de que trata este Ato, qualquer que seja a forma de contratação.

Art. 9º Das decisões do(a) Presidente(a) que resultar na aplicação das penas de multa e outras sanções, caberá recurso dirigido à Mesa Diretora da CMSA, protocolizado no Setor de Protocolo e Arquivo:

I - no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da juntada aos autos do comprovante de intimação da decisão, nas hipóteses dos artigos 2º, 3º e incisos I, II, III e IV do artigo 4º deste ato, podendo, em idêntico prazo, o(a) Presidente(a) da Câmara reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, devidamente informado, à consideração da Mesa Diretora, devendo, neste caso, a decisão final ser proferida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso;

II - no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da juntada aos autos do comprovante de intimação da decisão, na hipótese do inciso V do artigo 4º deste Ato, podendo, em idêntico prazo, o(a) Presidente(a) da Câmara reconsiderar a sua decisão, ou fazê-lo subir, devidamente informado, à consideração da Mesa Diretora, devendo, neste caso, a decisão ser proferida no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento do recurso.

Parágrafo único Os recursos obedecerão aos mesmos procedimentos estabelecidos no artigo 7º deste Ato.

Art. 10 Os valores das multas de que trata este Ato poderão ser cobrados mediante dedução de eventuais pagamentos devidos pela Câmara às contratadas, ou, na ausência destes, e a critério da Administração, deduzidos do valor da garantia prestada pelas contratadas.

§1º O prazo para o recolhimento das multas previstas neste Ato é de 15 (quinze) dias contados da notificação da contratada, podendo ser prorrogado, a juízo da Administração, por mais 15 (quinze) dias.

§2º A notificação de que trata o parágrafo anterior poderá ser feita por Edital, nos termos do § 1º do artigo 7º deste Ato.

§3º Não sendo possível a cobrança das multas na forma prevista neste artigo, será a cobrança efetuada por meio de medidas administrativas ou judiciais, incidindo correção sobre o valor devido no período compreendido entre o dia imediatamente posterior à data final para liquidar a multa e aquele em que o pagamento efetivamente ocorrer.

§4º As multas serão calculadas também sobre os reajustamentos contratuais, se houver.

Art. 11 As multas e sanções aplicadas com base neste Ato são autônomas e não excluem a aplicação de outras sanções previstas em legislação esparsa.

Art. 12 Como índice de atualização será adotado, no âmbito da Câmara Municipal de Santo André, o FMP (Fator Monetário Padrão), devendo as multas aplicadas serem convertidas, na data da sua aplicação.

Art. 13 Este Ato deve ser parte integrante, como anexo obrigatório, de todos os editais de licitação, bem como dos contratos, inclusive daqueles oriundos de contratação direta.

Art. 14 A abertura do processo administrativo, bem como os atos de punição e decisão final serão proferidos na forma de portaria, expedida pelo(a) Presidente(a) ou pela Mesa Diretora, conforme o caso, nos termos do artigo 240 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santo André.

Art. 15 As disposições constantes deste Ato aplicam-se, no que couber, aos contratos vigentes, ressalvados os valores de multas anteriormente pactuados.

Art. 16 Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Santo André, 22 de março de 2005.
451º ano da fundação da cidade.

LUIZ ZACARIAS
Presidente

MARIA FERREIRA DE SOUZA - LOLÓ
1ª Secretária

DINAH ZEK CER
2ª Secretária



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ANEXO II - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
(CONTRATOS)

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

CONTRATADA: DELTA ELETROMECAÂNICA LTDA.

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): OS 02/2023 - Processo CMSA 4685/2022 - Dispensa de Licitação nos termos do *inciso I* do Art. 24 da Lei 8.666/93.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em análise e medição de energia elétrica.

ADVOGADO(S) / Nº OAB - E-mail: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos à análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela CONTRATANTE estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e conseqüente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Santo André, 9 de janeiro de 2023.



Autoridade Máxima do Órgão/Entidade:

Nome: Carlos Roberto Ferreira

Cargo: Presidente da Câmara Municipal de Santo André

CPF: 029.194.068-41 RG: 8.388.787-8 SSP-SP

Responsável pela Homologação do Certame ou Ratificação da Dispensa/Inexigibilidade de Licitação:

Nome: Pedro Luiz Mattos Canhassi Botaro

Cargo: Presidente da Câmara Municipal de Santo André

CPF: 312.568.618-04

Assinatura: _____

Ordenador de Despesas da CONTRATANTE:

Nome: Carlos Roberto Ferreira

Cargo: Presidente da Câmara Municipal de Santo André

CPF: 029.194.068-41 RG: 8.388.787-8 SSP-SP

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o Ajuste:

Pela CONTRATANTE:

Nome: Carlos Roberto Ferreira

Cargo: Presidente da Câmara Municipal de Santo André

CPF: 029.194.068-41 RG: 8.388.787-8 SSP-SP

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: Patricia Mansano Conti

Cargo: Sócia Administradora

CPF: 274.508.598-07

Assinatura: _____

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.